



06 DE DEZEMBRO DE 2011

Terça – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **ENTRE PEQUENAS EMPRESAS, PR É 4.º MAIOR EMPREGADOR**
- **UTILIZAÇÃO DE CAPACIDADE É A MENOR DESDE 2010**
- **VOTORANTIM INVESTE R\$ 625 MILHÕES PARA AMPLIAR FÁBRICA NO PR**
- **CHINA STEEL NEGOCIA CORTE DE 23% NO PREÇO DO MINÉRIO COM VALE**
- **EMPRESAS JÁ VENDERAM US\$ 42 BI NA MOEDA**
- **COM PETRÓLEO E AÇO, VENDAS AOS EUA SOBEM ACIMA DA MÉDIA**
- **PENHORA DE SALÁRIO ESTÁ EM PROPOSTA DE NOVO CÓDIGO**
- **MONTADORAS ESTICAM FÉRIAS COLETIVAS**
- **INDÚSTRIA: FATURAMENTO CRESCE MAS ESTOQUE PREOCUPA**
- **SINDICATOS TENTAM APLICAÇÃO RETROATIVA**
- **EMPRESÁRIOS E SINDICALISTAS UNEM-SE NA DEFESA DO IMPOSTO SINDICAL**
- **CSLL, PIS E COFINS - CONTRIBUIÇÕES RETIDAS NA 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO VENCEM DIA 15/12**
- **CPMF - IMPOSTO PARA CUSTEAR SAÚDE É REJEITADO EM CONFERÊNCIA NACIONAL**
- **DIREITO DO TRABALHO - TERCEIRIZAÇÃO: EMPRESA É CONDENADA SOLIDARIAMENTE POR ACIDENTE**
- **DIREITO DO TRABALHO - PENSÃO: EMPRESA TERÁ QUE CONSTITUIR CAPITAL PARA PAGAMENTO**
- **TRIBUNAL - TRABALHADOR SERÁ INDENIZADO POR ATRASO DE SALÁRIO DE MAIS DE UM ANO**

- **PODER JUDICIÁRIO - MOROSIDADE: JUSTIÇA TEM DIFICULDADE PARA TERMINAR PROCESSOS NO PRAZO**
- **DIREITO DO TRABALHO - TRABALHO INFANTIL: ESFORÇOS PARA O FIM DO PROBLEMA NO PAÍS SÃO EXEMPLOS**
- **IR - PESSOA FÍSICA - ÚLTIMO LOTE DE RESTITUIÇÕES DO IR CHEGA AOS BANCOS NO DIA 15**
- **PODER LEGISLATIVO - NOVO CPC: MAIS UMA FORMA DE GARANTIR O PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA**
- **LEGISLAÇÃO COMERCIAL - BALANÇO SOCIAL PODERÁ SER CRITÉRIO DE DESEMPATE NAS LICITAÇÕES**
- **DECLARAÇÕES FISCAIS - DACON DE OUTUBRO DEVE SER ENTREGUE ATÉ QUARTA-FEIRA, DIA 7/12**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - OPERADORAS PODEM SER PROIBIDAS DE FIXAR PRAZO PARA USO DE CRÉDITO DO PRÉ-PAGO**
- **ACORDO PREVIDENCIÁRIO - SISTEMA INFORMATIZADO DE ACORDOS INTERNACIONAIS FACILITARÁ CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS**
- **NOVA ONDA DE IMPORTADOS AMEAÇA INDÚSTRIA**
- **CNI FECHA PARCERIA COM GOOGLE CNI**

Câmbio Em 06/12/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,790	1,791
Euro	2,395	2,396

Fonte: BACEN

Entre pequenas empresas, PR é 4.º maior empregador

06/12/2011- Gazeta do Povo

O Paraná é o quarto estado do país e o primeiro da Região Sul em número de empregados em micro e pequenas empresas. Em 2010, os 494 mil pequenos empreendimentos paranaenses empregavam 1,11 milhão de pessoas – quase 60% do total de 1,9 milhão de pessoas ocupadas no estado –, com destaque para o setor de comércio, que sozinho tinha 456 mil funcionários. Os dados fazem parte do 4.º Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa, divulgado ontem pelo Sebrae e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Depois do comércio, os setores que mais empregam entre as micro e pequenas empresas do estado são indústria (305 mil pessoas ao fim de 2010), serviços (270 mil) e construção civil (80 mil).

País tem 23 milhões de pequenos empreendedores

Entre 2001 e 2009, 2,7 milhões de brasileiros se tornaram donos de suas próprias micro e pequenas empresas. Com isso, o número de micro e pequenos empresários passou de 20,2 milhões para 22,9 milhões em todo o país. Desse total, quase 19 milhões são autônomos que conduzem o próprio negócio sem empregados e 3,9 milhões são empresários que empregam trabalhadores. Juntos, eles representam 22,7% da população economicamente ativa.

O número de estabelecimentos também cresceu. Em 2000, havia no país 4,2 milhões de pequenas empresas e em 2010 eram 6,1 milhões – o que corresponde a um crescimento médio anual de 5,5%. Além disso, a remuneração média dos empregados formais de todo o país cresceu 1,4% ao ano, passando de R\$ 961 para R\$ 1.099. O crescimento ficou acima do aumento da renda média total dos trabalhadores (0,9% ao ano) e do reajuste obtido por profissionais de médias e grandes empresas (0,4% ao ano).

Veja os parâmetros que definem o tamanho de uma empresa:

- Microempresa : estabelecimento com até 19 pessoas ocupadas, nos setores de indústria e construção, ou até nove funcionários, no comércio e serviços.
- Pequena empresa: empreendimento de 20 a 99 funcionários, na indústria e construção, e de 10 a 49 pessoas ocupadas no comércio e serviços.
- Média empresa: estabelecimento de 100 a 499 funcionários, na indústria e construção, e entre 50 e 99 trabalhadores no comércio e serviços.
- Grande empresa: empreendimento com mais de 500 pessoas ocupadas, na indústria e construção, e mais de 100 funcionários no comércio e serviços.

Para o diretor-superintendente do Sebrae-PR, Allan Marcelo de Campos Costa, os dados reforçam a importância desses empreendimentos para a economia paranaense. "Os números evidenciam o peso das micro e pequenas empresas na economia local.

Um dado interessante é que o Paraná tem menos estabelecimentos que o Rio Grande do Sul e, mesmo assim, emprega mais pessoas. Há uma concentração saudável no estado, em que os empresários estão conseguindo gerar outro emprego, além do próprio”, diz Costa.

Metro quadrado

A empresária Cristina Lopes Miara, dona da panificadora Brioche, em Curitiba, já ultrapassou o limite do autoemprego há um bom tempo. Ela e seu marido e sócio, Jefferson Miara, empregam 38 funcionários. Ano que vem, com a inauguração de uma nova unidade, outros 38 profissionais devem ser contratados.

“Se fizermos um comparativo, uma panificadora gera mais empregos por metro quadrado que uma indústria, por exemplo. Aqui, a pessoa entra em seu primeiro emprego, faz cursos e se torna um profissional. Com isso, vemos uma melhor distribuição da renda entre nossos funcionários”, salienta Cristina.

O diretor do Dieese, Clemente Ganz Lucio, diz que as indústrias do Sul do Brasil estão concentradas nos pequenos estabelecimentos, uma característica própria da região. “O sucesso das micro e pequenas passa por investimentos em educação, para ampliar a produtividade e o rendimento”, diz.

Contra a crise

A força das micro e pequenas empresas pode ajudar o país a passar melhor pela crise mundial, mesmo que ela se agrave. A opinião é do presidente nacional do Sebrae, Luiz Barretto. Segundo ele, como os pequenos estabelecimentos são focados no mercado consumidor interno, eles podem continuar a abrir postos de emprego, diferentemente de grandes empresas, em especial exportadoras, que tendem a cortar vagas. “Em 2008 e 2009 as micro e pequenas empresas ajudaram o Brasil a continuar gerando emprego e renda. Estas empresas sobrevivem mesmo com uma crise mais forte na Europa”, avalia Barreto.

Salário é 32% inferior ao pago por companhias maiores

A remuneração média dos empregados em micro e pequenas empresas paranaenses vem crescendo, mas ainda está longe dos valores pagos nas médias e grandes. Em 2010, a média salarial nos menores estabelecimentos foi de R\$ 1.089, 32% abaixo do valor médio pago pelos maiores, de R\$ 1.594.

Os melhores salários entre as micro e pequenas empresas estão no setor da indústria (R\$ 1.131), seguido de construção civil (R\$ 1.152), serviços (R\$ 1.077) e comércio (R\$ 1.059). O salário médio dos paranaenses que trabalham em micro e pequenas empresas é ligeiramente menor que o da média nacional (R\$ 1.099).

O diretor-superintendente do Sebrae-PR, Allan Marcelo de Campos Costa, não considera o número negativo porque, segundo ele, a média reflete o fato de os empregos serem melhor distribuídos no estado, e no restante do país estarem concentrados no autoemprego. “A renda um pouco menor traduz o fato de que o autoemprego faz a remuneração se concentrar no próprio empresário, enquanto o que

vemos no Paraná é que o rendimento é distribuído para um ou mais funcionários”, explica.

Interior

O Paraná apresenta um índice superior ao nacional de interiorização das micro e pequenas empresas. A média brasileira de concentração de empregos é de 65,4% no interior e 34,6% nas capitais, enquanto o interior paranaense gera 76,5% dos postos de trabalho criados no estado e Curitiba, 23,5% – o estudo considera como interior todas as cidades do estado, exceto a capital.

“O Paraná tem conseguindo descentralizar os empregos das micro e pequenas empresas. É uma questão cultural, temos um interior forte, baseado em agronegócio e cooperativas. Cidades com mais emprego e renda geram a demanda para que novos negócios sejam abertos, principalmente nos setores de comércio e serviços”, destaca o diretor-superintendente do Sebrae-PR.

Utilização de capacidade é a menor desde 2010

06/12/2011- Gazeta do Povo

O Nível de Utilização da Capacidade Industrial (Nuci) de outubro ficou em 81,4%, o menor patamar desde janeiro de 2010 e muito próximo do verificado em setembro, quando registrou taxa de 81,7%. O dado, dessazonalizado, foi divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a entidade, o faturamento real registrou alta de 1,4% em outubro na comparação com setembro, já com ajuste, e de 6,1% em relação a outubro do ano passado. Segundo a CNI, os indicadores industriais de outubro mostram um quadro que vem se repetindo desde o fim do segundo trimestre deste ano. “O faturamento real mantém uma trajetória de crescimento que se descola das demais variáveis de atividade industrial”, afirma a entidade.

Votorantim investe R\$ 625 milhões para ampliar fábrica no PR

06/12/2011- Gazeta do Povo

A Votorantim Cimentos assinou ontem com o governo estadual do Paraná um protocolo de incentivos fiscais para a ampliação de sua fábrica de Rio Branco do Sul, na região metropolitana de Curitiba. A empresa quer aumentar a capacidade da unidade em 50%, de 4 milhões para 6 milhões de toneladas por ano. Os investimentos somam R\$ 625 milhões, e a obra deve estar pronta em dezembro de 2012.

Boa parte da produção adicional vai abastecer o mercado do Paraná. Mas, como o volume total será superior à demanda do estado, a unidade também poderá atender outros locais. Com a ampliação, diz a Votorantim, a planta de Rio Branco do Sul, hoje a maior da América do Sul, será uma das maiores fábricas de cimento do mundo. A obra faz parte de um projeto da Votorantim anunciado em 2007, com investimentos de R\$ 5 bilhões até 2013, em ampliações e novas fábricas.

Contrapartida

A ampliação da fábrica da Votorantim está incluída no Paraná Competitivo, plano de atração de investimentos do governo estadual. Mas a empresa e o governo não dão informações específicas sobre os incentivos tratados para o projeto.

No entanto, como vem sendo feito pelo governo em projetos semelhantes, há o pedido de contrapartidas em troca dos benefícios fiscais. No caso da Votorantim, a intenção é de que haja uma parceria ente empresa e poder público para a duplicação da Rodovia dos Minérios, a PR-092, que dá acesso à fábrica.

As conversas foram iniciadas ontem e a intenção do governo é de que as obras da rodovia terminem antes da conclusão da fábrica, algo que o próprio governo admite ser difícil. "Ainda não temos um projeto para a duplicação e também dependeríamos da tomada de decisão, que deve ser feita em conjunto com a companhia", disse o secretário de Estado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros.

Concorrência

Outras empresas do setor também têm projetos no Paraná. Para janeiro de 2014, está previsto o início de operação da Margem Cimentos, subsidiária da Supremo Cimentos, de Pomerode (SC). A empresa está investindo R\$ 340 milhões na construção da planta, que ficará em Adrianópolis, no Vale do Ribeira. A expectativa é de que a fábrica produza até 750 mil toneladas de cimento por ano. A Cimento Itambé deve concluir em 2012 a ampliação de sua planta em Balsa Nova (PR), cuja capacidade anual subirá de 1,5 milhão para 2,8 milhões de toneladas de cimento.

China Steel negocia corte de 23% no preço do minério com Vale

06/12/2011- Valor Econômico

A China Steel, maior siderúrgica de Taiwan, está negociando com a brasileira Vale e outras mineradoras um corte de 23% nos preços do minério de ferro para o primeiro trimestre de 2012, na esteira da desaceleração da demanda e da necessidade de redução de custos.

A informação, reproduzida por agências internacionais, foi divulgada pelo jornal chinês Economic Daily News.

Além da China Steel, a Baoshan Iron & Steel Co. teria entrado em contato com fornecedores de minério de ferro, incluindo BHP e Rio Tinto, com o objetivo de reduzir os preços da commodity.

Outro fator que teria influenciado a tentativa de negociação com as mineradoras foi a queda nos preços do minério de ferro no mercado à vista. Em outubro, a baixa foi de 31%.

Empresas já venderam US\$ 42 bi na moeda

06/12/2011- Valor Econômico

s emissões de bônus denominados em libras esterlinas estão aumentando bastante, mas as vendas de bônus denominados em euros estão no patamar mais baixo em seis anos - na medida em que mais companhias se voltam para a estabilidade relativa do mercado de Londres, diante das turbulências financeiras na Europa continental.

Companhias do Reino Unido e outros países já venderam mais de US\$ 42 bilhões em bônus denominados em libras neste ano - um aumento de 41% em comparação ao mesmo período do ano passado, segundo a consultoria Dealogic.

Enquanto isso, as vendas de bônus corporativos denominados em euros caíram quase 20%, para US\$ 179 bilhões - o menor número para o período desde 2005. As vendas de bônus em dólares, por sua vez, cresceram 7%.

"Muitas companhias internacionais estão vindo para o mercado em libras este ano", diz Jean-Marc Mercier, banqueiro do HSBC especializado em dívida corporativa. "Ela é vista como uma moeda mais estável e os investidores aqui estão interessados em novos créditos."

Os custos dos empréstimos corporativos subiram no Reino Unido recentemente, mas não tanto quanto na Europa continental, o que está levando várias companhias a se voltarem para o mercado de bônus de Londres, entre elas a GDF Suez e a EDF da França.

Os investidores britânicos também estão abertos a bônus de prazos mais longos do que no mercado europeu, contribuindo para a atratividade do mercado britânico.

Companhias de fora da Europa também aumentaram suas vendas de bônus em libras. As emissões recentes incluem bônus da Amgen, a companhia de biotecnologia dos Estados Unidos, e a América Móvil, companhia de telefonia móvel do México. A Petrobras deverá vender um grande volume de bônus em libras esta semana.

"Dada a volatilidade crescente na Europa, os emissores estão mais atentos à necessidade de se envolver com mais grupos de investidores", diz Richard Bartlett, diretor de mercados de dívidas corporativas europeias do Royal Bank of Scotland (RBS).

Analistas vêm observando que Londres vem se beneficiando com um grupo de investidores com bolsos fundos, que estão agora lutando para formar grandes posições em bônus existentes no mercado, dados os volumes de negócios relativamente mais estreitos.

John Ream, operador sênior do Citigroup, diz: "Ainda há muito dinheiro nos grandes fundos britânicos e a única maneira de eles colocarem esse dinheiro para trabalhar no momento é por meio do mercado primário".

O programa de afrouxamento quantitativo do Banco da Inglaterra também é citado como motivo da forte demanda. Quando a instituição compra "gilts" (os títulos emitidos em libras esterlinas pela autoridade britânica) dos bancos e fundos de pensão, parte desse dinheiro é recanalizado para o mercado de bônus corporativos em libra, afirmam estrategistas.

Os investidores parecem agora estar vendo o Reino Unido como um porto seguro para uma série de ativos. Além dos bônus corporativos e do governo britânico, os gilts, o exclusivo setor imobiliário de Londres e a própria libra estão se beneficiando.

"Os ativos em libras certamente estão mais interessantes porque o Reino Unido está fora da zona do euro. Muitos investidores estão agora olhando mais de perto para esse mercado", diz Richard Batty, diretor de investimentos da Standard Life Investments.

Com petróleo e aço, vendas aos EUA sobem acima da média

06/12/2011- Valor Econômico

As incertezas econômicas nos Estados Unidos foram insuficientes para impedir que o país se tornasse, em novembro, o mercado com maior crescimento de compras de produtos brasileiros entre os principais parceiros comerciais do Brasil. Puxadas principalmente por commodities como petróleo, produtos semimanufaturados de ferro e aço, café e suco de laranja, as exportações brasileiras aos EUA cresceram 73,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, bem acima do aumento de quase 55% nas vendas à China.

Enquanto o resultado das exportações caiu no mês passado em relação a outubro para União Europeia, China e Argentina, como é habitual nesta época do ano, as vendas subiram mais de 30% para os EUA também sob essa base de comparação. Em pelo menos dois dos principais casos de aumento, os investimentos de companhias brasileiras nos EUA ou em associação com empresa estrangeira tiveram papel essencial: as vendas da Petrobras aos EUA e as exportações de placas de aço da Companhia Siderúrgica Atlântico (CSA) foram destaque.

"O petróleo chama a atenção, já representa mais de 20% do que exportamos aos Estados Unidos", confirmou a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres. "Entre janeiro e novembro, as vendas de petróleo aumentaram cerca de 20% em quantidade e 41% em preços."

As vendas de placas de aço da usina da CSA, sociedade da ThyssenKrupp com a Vale, a partir de sua usina na zona Oeste do Rio de Janeiro, foram o principal impulso que provocou um aumento de 435% nas exportações desse tipo de produto ao mercado americano, um aumento de quase US\$ 1,3 bilhão nas vendas em novembro, em comparação com o mesmo mês do ano passado. Esse aumento fez com que a mercadoria passasse de 13º lugar entre os principais produtos de exportação aos Estados Unidos para o terceiro lugar.

Os aumentos de vendas de produtos como o aço e o suco de laranja (62% a mais) garantiram a predominância dos bens industrializados na pauta de vendas aos EUA, mas os produtos básicos ganham cada vez mais espaço nas exportações ao país. Os chamados bens primários não chegavam a 30% entre janeiro e novembro do ano passado. Neste ano, já representam um terço do total das vendas ao mercado americano. Um dos responsáveis pela relativa primarização da pauta de vendas aos americanos é o café, que tem compensado a pequena redução na quantidade vendida - fenômeno sazonal, devido ao ciclo de safras do grão - com forte aumento de preços em relação ao ano passado.

Os preços do café exportado, segundo o Ministério do Desenvolvimento, mantiveram-se estabilizados entre outubro e novembro, quando, porém, chegaram a um nível quase 45% superior ao de novembro de 2010. Entre janeiro e novembro, as vendas de café aos EUA aumentaram quase 72%, desempenho que, segundo avaliou o diretor-geral do Conselho de Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Guilherme

Braga, é um reflexo do bom momento que vive a exportação da commodity no mundo, com manutenção do consumo apesar da crise.

"O aumento das vendas aos Estados Unidos se explica principalmente pelas commodities, e em função dos preços", comentou o vice-presidente da Associação dos Exportadores do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. Os analistas não veem nos bons números da balança comercial com os Estados Unidos uma tendência identificável que permita fazer previsões seguras sobre o futuro das exportações ao país.

Em alguns casos, uma empresa ou um negócio específico gerou, nos últimos 11 meses, fortes aumentos, como foi o caso das vendas de álcool etílico, de pouco mais de US\$ 470 milhões, o triplo do alcançado no mesmo período do ano passado. As vendas de uma empresa que usa o álcool como componente de produtos destinados ao mercado japonês explicam esse resultado, segundo técnicos do ministério.

"É incrível como situações específicas, pontuais, podem ter reflexo importante na pauta", reconheceu Tatiana Prazeres. Ela notou que algumas manufaturas mais sofisticadas também tiveram bom desempenho, como as máquinas e equipamentos para terraplanagem e outras atividades, 11º item das exportações aos americanos, que dobraram entre janeiro e novembro. A estratégia de uma multinacional americana no comércio entre suas filiais está por trás desse aumento.

Na primeira semana deste mês, com apenas dois dias úteis, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 319 milhões, resultado de exportações de US\$ 1,785 bilhão e importações de US\$ 1,466 bilhão. No ano, a balança tem superávit de US\$ 26,293 bilhões, com exportações de US\$ 235,697 bilhões e importações de US\$ 209,404 bilhões, e média por dia útil de superávit de US\$ 113,8 milhões.

Penhora de salário está em proposta de novo código

06/12/2011- Valor Econômico

Depois de analisarem cerca de 500 propostas de emendas e quase uma centena de projetos de lei, os juristas que integram a Comissão Especial do novo Código de Processo Civil (CPC), criada pela Câmara dos Deputados, entregarão um texto ainda mais polêmico do que o aprovado pelo Senado, em dezembro de 2010. Dois pontos prometem muito debate entre os deputados: a previsão de penhora de parte dos salários e bens de família e a retirada do efeito suspensivo de recurso contra decisão de primeiro grau.

A proposta, em fase final de elaboração, deve ser levada à votação na primeira quinzena de março, segundo o relator-geral do CPC, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA). A expectativa é que os sub-relatores das cinco partes do código finalizem seus relatórios em fevereiro. "Pretendemos dar celeridade ao processo judicial, mas não resolveremos todos os problemas do Judiciário", diz Carneiro.

Atualmente, a regra geral é que a sentença não produz efeitos imediatos. A proposta dos juristas é que, junto com o recurso de apelação, o advogado proponha um pedido de suspensão. Caberá ao relator do caso decidir pela suspensão ou manutenção dos efeitos. Segundo o jurista Paulo Lucon, professor de processo civil da Universidade de São Paulo (USP), "há uma imensa polêmica em relação ao assunto". Para o deputado Barradas Carneiro, é necessário valorizar e fazer valer as decisões judiciais. "Quem

apregoa celeridade quer efeito imediato. Precisamos priorizar e conviver com as sentenças de primeiro grau", afirma.

Quanto às penhoras, a dificuldade maior ficará na aprovação do bloqueio dos bens de família para o pagamento de dívidas. Já há redação específica, entretanto, para a penhora de salários. Pela proposta, seria possível bloquear 30% dos salários superiores ao teto da remuneração na Previdência Social, atualmente em R\$ 3,6 mil. "Assim, garantimos proteção aos aposentados e àqueles que recebem o salário mínimo", diz Carneiro.

Dentre outras mudanças relevantes no código que rege o trâmite dos processos civis, está a inscrição da sentença em cadastro nacional de devedores e uma prática já utilizada no direito americano: a convocação de testemunhas técnicas especializadas pelas partes. Se julgar os depoimentos suficientes, o juiz poderia suspender a realização de perícias judiciais. "A vantagem seria tirar a rigidez na coleta de provas e a celeridade porque as perícias judiciais demoram, em média, seis meses para serem concluídas", afirma Lucon. Outra proposta para dar agilidade ao trâmite da ação é o julgamento parcial do processo. Atualmente, o juiz não pode dividir a análise do mérito da questão. "Se há dois pedidos, um líquido e outro que precisa de provas, o juiz poderá cindir o julgamento e analisar o primeiro, diz Lucon.

Os juristas também sugeriram uma previsão ao chamado "incidente de demandas repetitivas". Os processos idênticos que "tenham impacto de massa" e decisões divergentes e conflitantes na primeira instância serão julgados a partir de um "caso-piloto" nos Tribunais de Justiça. Pela proposta formulada na Câmara, as partes poderão pedir a distinção do seu processo em relação às demais para ter outro julgamento.

Antes de enfrentar questões polêmicas, porém, alguns deputados terão que ser convencidos da necessidade de aprovação de um novo código. Segundo o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), primeiro vice-presidente da Comissão Especial do CPC na Câmara, a aprovação de um novo texto que, segundo ele, altera até 25% do atual, prejudica os entendimentos já consolidados pela jurisprudência.

Para o jurista Fredie Didier Júnior, as mudanças ocorridas desde 1973, quando entrou em vigor o atual código, justificam um novo texto. "O CPC foi elaborado em período ditatorial, o divórcio não era permitido e ainda não tínhamos a atual Constituição. Precisamos construir um código segundo a atual legislação", diz.

Montadoras esticam férias coletivas

06/12/2011- Newsletter Automotive Business

As empresas já programam férias coletivas por causa da redução do ritmo da atividade econômica e da elevação nos estoques. Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, Miguel Torres, revelou que 102 empresas de sua base informaram a intenção de interromper temporariamente a produção.

O número supera em 27,5% o de 2010, quando 80 empresas entraram em recesso. A duração das férias coletivas é outro indicativo da redução de demanda. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que concentra montadoras e autopeças, as paradas anteriores, em regra entre o Natal e o ano-novo, agora se estendem por 20 ou 30 dias.

Em São José dos Pinhais (PR), a fábrica de motores da Renault dará 20 dias de férias a partir de 12 de dezembro e a linha de automóveis será interrompida entre 26 de dezembro e 9 de janeiro. A unidade paranaense da Volkswagen também vai parar em razão de estoques em alta, segundo o sindicato local. Serão dez dias a partir de 15 de dezembro, de acordo com a entidade. A VW não confirma o recesso.

Segundo a reportagem do Estadão, a Ford de São Bernardo do Campo (SP) para de 12 de dezembro a 4 de janeiro. A produção dos caminhões Cargo será interrompida entre 2 e 24 de janeiro. Outra linha de pesados, a da Scania, ficará um mês inteiro em recesso, de 2 de janeiro a 1º de fevereiro. A PSA dará férias coletivas entre 26 de dezembro e 24 de janeiro. A GM ainda define os recessos em suas unidades.

Indústria: faturamento cresce mas estoque preocupa

06/12/2011- Newsletter Automotive Business

O faturamento real da indústria cresceu pelo quinto mês consecutivo. O indicador dessazonalizado de outubro foi 1,4% maior que o de setembro. O dado é da pesquisa Indicadores Industriais, divulgada na segunda-feira, 5, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). "O faturamento real mantém uma trajetória de crescimento e se descola das demais variáveis de atividade industrial", informou o documento.

Os números positivos do faturamento não acompanharam os demais indicadores. A utilização da capacidade instalada diminuiu 0,3 ponto percentual em relação a setembro. O índice caiu de 81,7% para 81,4%, o menor percentual desde fevereiro de 2010. As horas trabalhadas também recuaram pelo segundo mês consecutivo, apresentando queda de 0,3% em outubro.

Os indicadores da CNI mostram ainda que o mercado de trabalho da indústria voltou a apresentar números favoráveis. Houve alta de 0,2% em outubro, quando comparada ao mês anterior. No entanto, "essa movimento não se sobrepôs à queda de 0,3% em setembro, na mesma base de comparação", apontou a pesquisa.

Esse desempenho da oferta de vagas não foi acompanhado pela evolução da massa salarial, que apresentou retração dos rendimentos reais. O indicador teve queda de 1,1% (sem ajuste sazonal) em outubro frente a setembro. "Mesmo com a expansão do emprego, a queda foi resultado da forte contração dos rendimentos reais", informou a CNI.

Segundo o gerente executivo da CNI, Renato da Fonseca, os números positivos do faturamento real divergem dos outros indicadores pela alta quantidade de estoques.

“Há um desaquecimento da indústria, a produção industrial enfrenta dificuldades. As vendas ainda estão crescendo, mas a produção não acompanha por conta do excesso de estoques. O nível está acima do desejado desde o início do ano”, informou.

Sindicatos tentam aplicação retroativa

06/12/2011- Relações do Trabalho

Sindicatos de trabalhadores começaram a entrar com ações judiciais para pleitear os benefícios previstos na nova Lei do Aviso Prévio para empregados demitidos nos últimos anos. A norma estabelece um acréscimo de três dias por ano completo de serviço - até o limite de 60 dias (com 21 anos de casa) - aos 30 dias já existentes na Constituição Federal.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes já preparou cerca de duas mil ações individuais para pleitear esses dias de acréscimo para os que foram demitidos nos últimos dois anos - prazo dado para que se entre na Justiça do Trabalho. Nas ações, a entidade argumenta que esses funcionários teriam direito retroativo, já que o aviso prévio foi instituído pela Constituição de 1988 e apenas regulamentado pela Lei nº 12.506, sancionada em outubro pela presidente Dilma Rousseff.

A entidade já ingressou com 400 ações no Fórum Trabalhista de São Paulo. O restante só não foi protocolado ainda, segundo o advogado do sindicato Carlos Gonçalves Junior, por causa da greve dos servidores da Justiça do Trabalho. Por conta da paralisação, estão sendo apresentadas apenas 20 ações por dia. Mas já há audiências das ações ajuizadas marcadas para este mês e janeiro, de acordo com Junior.

O Sindicato Nacional dos Aeroviários também começou a protocolar ações judiciais em Brasília contra nove companhias aéreas, pedindo o aviso prévio proporcional retroativo. A estimativa é que o sindicato entre com cerca de 60 mil ações a favor dos trabalhadores demitidos desde a edição da Constituição de 1988.

A Justiça pode levar anos para proferir uma decisão final a essas ações. Mas o advogado do Sindicato dos Metalúrgicos afirma que eles já estudam uma estratégia para levar a discussão diretamente ao Supremo Tribunal Federal (STF). O tema, segundo Gonçalves Junior, poderá ser questionado na Corte pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, quando houver decisões divergentes no Judiciário.

Empresários e sindicalistas unem-se na defesa do imposto sindical

06/12/2011- Relações do Trabalho

Empresários e sindicalistas estão unidos na defesa do imposto sindical. Esta foi a tônica da primeira audiência pública sobre a possível substituição da contribuição sindical, que é compulsória, por uma taxa negocial, realizada ontem pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTTASP) da Câmara dos Deputados. O encontro reuniu representantes das seis centrais sindicais e de três confederações de

empresários. À exceção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), todos foram enfáticos na defesa do modelo sindical como está hoje.

Segundo Adauto de Oliveira Duarte, diretor de relações trabalhistas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e também da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o fim do imposto sindical seria "desastroso" para sindicalistas e para empresários. "A unicidade sindical, para os dois lados, é muito importante, ao definir os atores que sentarão à mesa de negociação", afirmou.

O deputado Laércio Oliveira (PR-SE), vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), também defendeu o imposto sindical. "Tenho extremo orgulho do modelo atual, que permite a boa atuação dos sindicatos, e, do lado patronal, o excelente funcionamento do Sistema S", afirmou. Duarte e Oliveira foram efusivamente aplaudidos pelo auditório lotado de sindicalistas da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) - a única das seis cuja sede nacional fica em Brasília.

O presidente da NCST, José Calixto, criticou indiretamente a CUT e sindicatos como o dos metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, que desde o início dos anos 90 devolve ao Ministério do Trabalho os recursos a que têm direito do imposto sindical. "O fim da contribuição sindical desmantelaria todo o movimento sindical brasileiro, a exceção de alguns poucos sindicatos que conseguem viver sem, por meios que ninguém sabe entender como", afirmou Calixto.

O auditório na Câmara ficou quente quando o secretário-geral da CUT, Quintino Severo, abriu seu discurso. "Nós [da CUT] somos contrários aos empresários e sindicalistas aqui presentes, uma vez que entendemos que o imposto sindical tem servido apenas para incentivar a criação de novos sindicatos, sem representação junto aos trabalhadores", disse Severo.

A audiência, segundo o deputado Sílvio Costa (PTB-PE), presidente da comissão e favorável à extinção do imposto, "foi o primeiro passo para iniciar uma discussão real sobre os rumos do modelo sindical". Há quatro projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição que tratam do imposto sindical tramitando na Câmara.

CSLL, PIS e COFINS - Contribuições retidas na 2ª quinzena de novembro vencem dia 15/12

06/12/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado que efetuaram retenção da CSLL, do PIS e da Cofins sobre pagamentos a outras pessoas jurídicas de direito privado por serviços prestados na 2ª quinzena de novembro/2011, devem recolher as contribuições até o dia 15/12.

Também devem ser recolhidas até o dia 15/12, pelos fabricantes de máquinas e

veículos classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 84.32.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5, 87.01, 87.02, 87.03, 87.04, 87.05 e 87.06 da TIPI, bem como os fabricantes de peças, componentes ou conjuntos destinados a estes produtos, as retenções na fonte, efetuadas na 2ª quinzena de novembro/2011, do PIS e da Cofins sobre pagamentos à pessoa jurídica pela aquisição de autopeças constantes dos Anexos I e II da Lei 10.485/2002 (exceto pneumáticos).

CPMF - Imposto para custear saúde é rejeitado em conferência nacional

06/12/2011- Notas COAD

A proposta de criação de um imposto para custear o sistema de saúde pública foi rejeitada por mais de 3 mil gestores, usuários e trabalhadores da área, que participaram nessa semana da 14ª Conferência Nacional de Saúde. As discussões para o evento ocorreram desde o início do ano, começando pela etapa municipal, passando pela estadual, chegando ao evento nacional que terminou neste domingo, em Brasília.

De acordo com os organizadores da conferência, a possibilidade de criação do imposto sequer chegou à discussão da plenária final, uma vez que foi rejeitada pela maioria dos grupos de trabalho nos primeiros dias do evento. Desde o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), em 2007, a ideia de um novo imposto para financiar a área de saúde vem pautando discussões políticas do Executivo e do Legislativo.

“O que aconteceu é que a influência da mídia e a desinformação levaram os delegados [da conferência] a rejeitarem a proposta de um novo imposto, mesmo que ele só atingisse movimentação acima de R\$ 4 mil. Seria o primeiro imposto que atingiria proporcionalmente os mais ricos, ao contrário da maioria dos encargos atuais, mas infelizmente não passou”, lamentou Pedro Tourinho, do Conselho Nacional de Saúde.

Os delegados da conferência entenderam, no entanto, que a necessidade de aumentar o financiamento da saúde é urgente e se colocaram favoravelmente à aprovação da Emenda 29, que atualmente tramita no Congresso Nacional. A emenda determina que a União deve investir, na saúde, 10% da arrecadação de impostos, com percentuais de 12% para os estados e 15% para os municípios.

De acordo com a coordenadora-geral da conferência, Jurema Werneck, a questão do imposto estava dentro do debate da ampliação do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que precisa de aditivos. “Sim, é preciso ampliar o dinheiro da saúde, porque está faltando dinheiro. Muito do que não está funcionando é porque tiraram o dinheiro de lá e colocaram no mercado, foi desviado e a gente conhece os escândalos de corrupção. Não está havendo qualidade na gestão”.

Fonte: Agência Brasil

Direito do Trabalho - Terceirização: empresa é condenada solidariamente por acidente

06/12/2011- Notas COAD

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por maioria, que a Companhia Nipo Brasileira de Pelotização (Nibrasco) deve ser responsabilizada solidariamente por um acidente que vitimou um soldador terceirizado contratado pela

Formateq Mecânica Industrial Ltda. A indenização a ser paga aos herdeiros é de R\$ 100 mil por danos morais, acrescida de danos materiais. A decisão reformou o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES), que manteve sentença condenatória da 6ª Vara do Trabalho de Vitória responsabilizando a Nibrasco de forma subsidiária.

O acidente que vitimou o trabalhador ocorreu em 1998. Durante um procedimento de solda na parte interna de um compartimento chamado "chute", uma esteira, até aquele momento inoperante para manutenção, entrou no modo de emergência e desviou o fluxo de esferas (pelotas) de metal em direção a outra esteira, que passava logo abaixo de onde se encontravam os operários.

As esferas, que haviam saído do forno a uma temperatura média de 200°C, entraram em contato com resíduos de água existentes na correia situada abaixo do local onde os trabalhadores estavam. O calor intenso da nuvem de vapor gerada por esse contato provocou queimaduras de segundo grau em 90% do corpo do empregado, que morreu 12 horas depois de ter sido hospitalizado. Um colega que estava no mesmo local conseguiu sair a tempo e foi menos atingido pelo calor. A água depositada no local do acidente era resultante do processo de resfriamento a que as pelotas eram submetidas após a saída do forno. Por uma falha operacional, seu escoamento não foi completo.

A ação chegou ao TST por meio de recurso de revista, que teve como relatora a ministra Kátia Magalhães Arruda. Os herdeiros da vítima pediam a responsabilização de forma solidária da Nibrasco, para lhes assegurar a possibilidade de escolher contra qual executado seria dirigida a execução. Se fosse mantida a subsidiariedade, os herdeiros deveriam respeitar a ordem de preferência determinada na decisão judicial e obedecer necessariamente ao chamado "benefício de ordem".

O voto da relatora foi no sentido de dar provimento ao recurso dos herdeiros e reconhecer a responsabilidade solidária da Norpel, tomadora de serviços, pelo pagamento das indenizações por danos morais e materiais decorrentes do acidente de trabalho. A ministra fundamentou seu entendimento no artigo 927 do CC

Processo: RR-152100-50.2005.5.17.0006

FONTE: TST

Direito do Trabalho - Pensão: empresa terá que constituir capital para pagamento

06/12/2011- Notas COAD

A empresa catarinense MAB – Módulos Automotivos do Brasil Ltda. não conseguiu reverter decisão que a condenou a indenizar em R\$ 200 mil os danos morais causados a um empregado e ainda a obrigou a constituir capital para assegurar o pagamento de prestações mensais. A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu do recurso da empresa e, assim, ficou mantida a condenação imposta pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Inconformada com a decisão regional, a MAB chegou à instância superior sustentando que, por ser uma empresa de grande porte, não era necessário lhe impor a obrigação de constituir capital para garantir a renda da pensão mensal deferida ao empregado. Pediu que, ao invés disso, lhe fosse concedida autorização para substituir essa obrigação pela inclusão do empregado em sua folha de pagamento.

Ao examinar o recurso na Oitava Turma, o relator, juiz convocado Sebastião Geraldo de Oliveira, explicou que a medida da inclusão em folha de pagamento não é uma obrigação a ser determinada pelo juiz, que antes disso deve verificar a inexistência de risco de insolvência do devedor. O objetivo da constituição de capital, prevista no caput do art. 475-Q do Código de Processo Civil, "é garantir o cumprimento da decisão que deferiu o pagamento de prestações periódicas, acobertando o empregado de variações econômicas que podem ocasionar a falência ou encerramento das atividades da empresa devedora", informou o relator.

Assim, tendo em vista que o acórdão do 9º Tribunal Regional não registrou a notória capacidade econômica defendida pela empresa, o recurso empresarial não foi conhecido, porque qualquer decisão contrária à regional demandaria novo exame dos fatos e provas constantes do processo, o que não é permitido nessa instância recursal, como determina a Súmula 126 do TST.

O acidente

Poucos meses de trabalho exaustivo na empresa foram suficientes para deixar o empregado incapacitado para as atividades laborais. Ele era operador de máquina e tinha a função de abastecer de peças um robô soldador. Em pé, diariamente, ele manuseava 4 mil vezes peças que chegavam a pesar cerca de 9 kg, e os movimentos repetitivos levaram sua musculatura do braço e antebraço à exaustão. Sua doença foi diagnosticada como "sinovite", "tenossinovite", "síndrome do túnel do carpo" e "tenossinovite dos extensores dos dedos".

Ele trabalhou na empresa de maio a dezembro de 2000 e estava com 34 anos quando teve de se afastar precocemente do trabalho. O perito informou que não lhe foi dado nenhum treinamento em segurança do trabalho, prevenção de acidentes e uso de equipamento de proteção individual. A partir de 2001, a empresa tomou medidas para mudar o horário dos trabalhadores do setor periciado, "provavelmente com o objetivo de minimizar novas doenças semelhantes a que o autor alega" noticiou o acórdão regional, referindo a informações do laudo pericial.

O voto do relator foi seguido por unanimidade na Oitava Turma do TST.

Processo: RR-9952200-41.2005.5.09.0004

FONTE: TST

Tribunal - Trabalhador será indenizado por atraso de salário de mais de um ano

06/12/2011- Notas COAD

Depois de trabalhar por treze meses sem receber salário, um químico que prestava assistência técnica à Ellus Tintas na produção de tintas e derivados será indenizado por danos morais em aproximadamente R\$ 5,5 mil. A decisão unânime é da Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

O relator do recurso, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, explicou que o descumprimento das obrigações contratuais, como o atraso no pagamento de salários, por si só, não gera indenização a título de dano moral. O que diferencia este de outros casos analisados com frequência pela Justiça do Trabalho é que a empresa, de forma unilateral, considerou rescindido o contrato de trabalho.

A sentença de origem tinha condenado a empresa a pagar a indenização restabelecida agora pelo TST, mas o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES) reformou esse entendimento. Segundo o TRT, apesar de a conduta do empregador ter causado uma série de aborrecimentos ao empregado e de a falta de salários por meses ter afetado a sua renda familiar, não havia comprovação da situação de penúria econômica e financeira capaz de provocar sofrimento de ordem moral.

Ainda de acordo com o Regional, a indenização por dano moral tem por objetivo reparar lesão à dignidade, honra e imagem da pessoa ofendida - o que não teria ocorrido na hipótese dos autos. O TRT destacou que, embora tenha alegado que a falta de recebimento de salários lhe causou transtornos financeiros, o empregado não demonstrou, por exemplo, a inclusão de seu nome em cadastros de restrição de crédito.

O ministro Aloysio Corrêa reconhece que a indenização pressupõe lesão efetiva e que a Justiça do Trabalho deve zelar para que esse instituto não seja banalizado. Para a caracterização do dano moral, é necessário que a parte traga ao processo todos os dados necessários à sua identificação, quer da intensidade do ânimo de ofender e causar prejuízo, quer da repercussão da ofensa - situação que, de fato, não aconteceu, esclareceu o relator. A lesão de natureza patrimonial (atraso de salários) tem a devida reparação financeira prevista na legislação, afirmou o ministro Aloysio. Ele ainda chamou a atenção para a circunstância angustiante que envolve a perda do emprego, que também não gera direito à indenização por dano moral.

Porém, o relator observou que não é possível concluir, como fez o Regional, que o empregado não sofreu dano moral. Afinal, a empresa deixou de pagar os salários por 13 meses. Além disso, enquanto o trabalhador tinha a expectativa de receber os salários atrasados, o empregador, unilateralmente, considerou rescindido o contrato de trabalho e não quitou os valores devidos, apesar de o contrato prever a desnecessidade de comparecimento contínuo do empregado na sede da empresa, desde que ficasse de sobreaviso para cumprir os serviços, e a rescisão mediante aviso prévio de trinta dias.

Por essas razões, o relator deu provimento ao recurso de revista do empregado e restabeleceu a sentença que condenara a empresa a pagar a indenização por dano moral. Na mesma linha, votaram os demais ministros da Turma.

Processo: [RR-67800-53.2008.5.17.0006](#)

FONTE: TST

Poder Judiciário - Morosidade: Justiça tem dificuldade para terminar processos no prazo

06/12/2011- Notas COAD

A lentidão é o maior problema da Justiça na opinião de seus usuários, segundo pesquisa inédita divulgada nesta segunda (5/12) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para 87% das 18,7 mil pessoas que responderam ao questionário, disponível desde setembro na página do Conselho, a Justiça tem dificuldade para terminar os processos dentro de um prazo razoável - 56,7% acreditam que isso nunca ocorre, enquanto 30,3% responderam que o desfecho é rápido em poucas vezes. Apenas 10% acreditam que a Justiça é rápida com frequência, e 3% responderam que isso acontece sempre.

Participaram da pesquisa advogados (46,5%), partes em processos (33,7%), estagiários de direito (7,9%), advogados públicos, defensores e membros do Ministério Público (1,7%) e outras categorias não especificadas, como pesquisadores e eleitores (10,2%). A maioria das respostas (77%) diz respeito às varas de primeira instância, sendo que a Justiça Estadual foi a mais avaliada (68%).

A pesquisa também mostra que as críticas ao Judiciário não se limitam à sua morosidade. Outro item mal avaliado é a espera em filas e o atendimento lento, opinião de 63,3% dos usuários, enquanto 62,7% reclamam que as audiências não são realizadas no horário.

Para 60,7% dos participantes, os servidores não têm atenção e interesse em atender quem necessita da Justiça, e 59,6% acreditam que os funcionários não esclarecem corretamente dúvidas sobre o serviço. Nesses casos, no entanto, a avaliação negativa "poucas vezes" foi a mais citada entre os internautas, enquanto a resposta "nunca" foi a maioria no item que tratou sobre a agilidade na tramitação dos processos.

As avaliações positivas ficaram com itens relativos ao espaço dos órgãos judiciais. A maioria reconhece que as unidades de Justiça são limpas e organizadas (71,3%), que é fácil encontrar os setores procurados (65%) e que o ambiente é adaptado para pessoas com deficiência (54,6%).

Foram registrados participantes de todas as unidades da Federação, embora em quantidades mais representativas nos Estados mais populosos - mais de 50% das respostas são de São Paulo, Pernambuco, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. No Amapá, apenas 10 (dez) pessoas responderam ao questionário.

O diretor de Gestão Estratégica do CNJ, Fabiano de Andrade Lima, ressaltou que é preciso ter filtros para analisar os resultados, uma vez que a participação era voluntária. "Vamos enviar para os tribunais os resultados gerados para que aprofundem o diagnóstico e proponham ações para sanar os problemas", explicou. O CNJ irá monitorar as ações para melhoria do atendimento em uma nova pesquisa no ano que vem.

FONTE: Agência Brasil

Direito do Trabalho - Trabalho infantil: esforços para o fim do problema no país são exemplos

06/12/2011- Notas COAD

Os esforços do Brasil para eliminar o trabalho infantil – que se refere às crianças e aos adolescentes de 5 a 17 anos – em pelo menos 50% nos últimos 20 anos servem como exemplo mundial a ser seguido, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Porém, as autoridades sabem que o empenho deve ser mantido, pois ainda há cerca de 4,1 milhões de crianças e adolescentes trabalhando ilegalmente no país, principalmente no Norte e Nordeste.

Para verificar os projetos desenvolvidos em parceria pelos governos federal, estaduais e municipais e pela OIT e conversar com as autoridades brasileiras, a diretora-geral do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da organização, Constance Thomas, chega na próxima terça-feira (6/12) ao Brasil, onde fica até o dia 13/12.

A diretora visitará Salvador, Cuiabá e Brasília. Na capital federal, ela se reunirá com os ministros Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Tereza Campello (Desenvolvimento Social e Combate à Fome), além de integrantes do Ministério Público e do Ministério das Relações Exteriores.

O coordenador nacional do Projeto Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Renato Mendes, ressaltou que o fim da exploração de crianças e adolescentes está diretamente associado às políticas públicas na área social.

"A experiência desenvolvida no Brasil é modelo devido ao conjunto das ações. A eliminação do trabalho infantil depende de esforços para a execução de políticas sociais, como o Bolsa Família, o Mais Educação e outros", disse Mendes. "Mas é necessário lembrar que o problema ainda existe e deve ser solucionado", acrescentou ele.

Mendes disse ainda que a OIT está preocupada com a possibilidade de o trabalho infanto-juvenil ser retomado em áreas que estava extinto em decorrência dos impactos da crise econômica internacional. "Nosso receio é que o trabalho infantil seja retomado em países que ele já não existia mais."

Na semana passada, autoridades do Timor Leste estiveram no Brasil para observar os

programas desenvolvidos em várias cidades. A ideia é que, no primeiro semestre de 2012, as medidas sejam implementadas no país.

No Brasil, o trabalho denominado perigoso é vetado para quem tem menos de 18 anos. Aos 14 e 15 anos, o adolescente brasileiro pode trabalhar como aprendiz. Aos 16 anos, o jovem pode ser contratado com carteira assinada e seguindo a legislação.

FONTE: Agência Brasil

IR - Pessoa Física - Último lote de restituições do IR chega aos bancos no dia 15

06/12/2011- Notas COAD

O último lote de declarações do Imposto de Renda Pessoa Física 2011 terá os valores corrigidos em 7,67%. Serão creditadas restituições para 86.979 contribuintes, no valor total de R\$ 211.390.978,56. O dinheiro estará nos bancos no próximo dia 15. A consulta ao lote poderá ser feita no endereço da Receita Federal na internet (www.receita.fazenda.gov.br) ou pelo Receitafone (146).

Os dados sobre o último lote foram divulgados pelo supervisor nacional do Imposto de Renda, Joaquim Adir. Segundo ele, a Receita vai liberar ainda declarações que estavam retidas a malha fina declarações referentes aos lotes de 2010 (ano calendário de 2009), de 2009 (ano calendário de 2008) e de 2008 (ano calendário de 2007) para 110.525 contribuintes.

Do lote residual do exercício de 2010, serão creditadas restituições para 12.872 contribuintes, totalizando R\$ 24.319.719,37, corrigidos em 17,82 %. No lote residual do exercício de 2009, serão pagas restituições a 6.317 contribuintes, no valor de R\$ 12.041.501,25, corrigidas em 26,28 %. Do lote de 2008, serão creditadas restituições para um total de 4.357 contribuintes, somando R\$ 7.339.077,70, com correção de 38,35 %.

Ao final deste ano, o número de declarações retidas em malha chegou a 569.671 ante os 700 mil de 2010. Segundo a Receita, a omissão de rendimentos foi o que levou o maior número de declarações à malha, 320.293 (56%). Entre as omissões de rendimentos, 19.380 foram de recebimentos de aluguéis.

Divergências sobre despesas médicas, encontradas em 80.556 declarações (14,14%), também foram destaque este ano. A ausência de Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), que a Receita usa para cruzar os dados fornecidos pelos patrões e as informações dadas pelos empregados, provocaram inconsistências em 69.483 declarações (12,19%). Houve divergência entre os dados da Dirf em 24.030 declarações (4,22%).

Para resolver as pendências e sair da malha fina sem se deslocar até uma unidade da Receita, o contribuinte deve acessar o Centro Virtual de Atendimentos e-CAC e fazer a autorregularização. Para isso, é preciso fazer um cadastro no site da Receita Federal, fornecendo o número do recibo das duas últimas declarações do Imposto de Renda.

No e-CAC, o contribuinte tem acesso a informações referentes aos tipos de pendência e ao extrato da declaração.

Os casos que não puderem ser resolvidos pelo e-CAC podem agendar atendimento presencial a partir de janeiro de 2012.

Fonte: Agência Brasil

Poder Legislativo - Novo CPC: mais uma forma de garantir o pagamento de pensão alimentícia

06/12/2011- Notas COAD

O texto do novo Código de Processo Civil (Projeto de Lei nº 8.046/2010), poderá prever a inserção dos nomes de devedores de pensão alimentícia em empresas de restrição ao crédito, como Serasa e SPC.

De acordo com o advogado Ronner Botelho, assessor jurídico do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), essa medida é uma ferramenta a mais para garantir "a efetivação do cumprimento das obrigações alimentares minimizando os calvários dos processos executórios".

O advogado explica que o protesto do nome do devedor pode impedir que algumas pessoas adiem o pagamento da pensão. "Na legislação atual pode-se requisitar a prisão do devedor quando ele deixa de pagar três meses (Súmula nº 309 do STJ), o que acontece, muitas vezes, é que antes de ser preso o indivíduo paga um ou dois meses e continua sempre devendo e realizando manobras para não cumprir com seus deveres".

Reduzir prisões e aumentar pagamentos - Com a inclusão dessa medida no novo CPC os devedores de pensão alimentícia terão seus nomes protestados quando for constatada a inércia do devedor no processo de execução alimentar. O inadimplente só poderá "limpar seu nome" depois de provar a quitação integral do débito.

Para o relator do Projeto de Lei, deputado Sérgio Barradas (PT-BA), a inclusão do nome do devedor no serviço de crédito também vai transformar a prisão no último instrumento de cobrança das pensões alimentícias. "Hoje, quando você tem uma dívida de três meses, o advogado da parte credora já pede a prisão direto. A ideia é que, com essa restrição, a pessoa pague a dívida. E hoje todo mundo precisa de crédito".

Ronner Botelho acrescenta que alguns tribunais por meio de suas corregedorias gerais de Justiça expediram normas internas que autorizam a inclusão do nome de devedores pensão alimentícia no serviço de proteção ao crédito. "O Provimento 52 do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJ-MS) já autoriza a inclusão dos nomes dos inadimplentes. Além desse estado, tivemos experiências bem sucedidas em Pernambuco e Goiás", diz.

FONTE: Instituto Brasileiro de Direito de Família

Legislação Comercial - Balanço Social poderá ser critério de desempate nas licitações

06/12/2011- Notas COAD

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou substitutivo da senadora Ana Amélia (PP-RS) aos projetos de lei do Senado (PLS) 224/2007 e 366/2008. O substitutivo institui o Balanço Social e cria o selo Empresa Responsável, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A proposta terá ainda de ser avaliada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) antes de seguir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tem decisão terminativa.

O PLS 224/2007, de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), institui o Balanço Social Empresarial e autoriza a criação do selo Empresa Responsável, conforme explicação da relatora. Já o PLS 366/2008, de autoria do ex-senador Expedito Júnior (RO), inclui a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações, também segundo Ana Amélia.

A proposta permite que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome institua o selo Empresa Responsável, a ser concedido às empresas que publicarem seu Balanço Social com as informações exigidas. A proposição proíbe a concessão do selo a empresas que comprovadamente cometam crimes ambientais, adotem práticas discriminatórias ou estejam envolvidas com a exploração do trabalho infantil ou qualquer forma de trabalho forçado.

Fonte: Agência Senado

Declarações Fiscais - Dacon de outubro deve ser entregue até quarta-feira, dia 7/12

06/12/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, submetidas à apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes cumulativo e não cumulativo, inclusive aquelas que apuram a Contribuição para o PIS/Pasep com base na folha de salários, devem apresentar o Dacon com informações relativas a outubro/2011, nesta quarta-feira, dia 7/12.

Se o declarante apresentar o Dacon em atraso ou deixar de apresentá-lo ficará sujeito à multa de 2%, ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante da Cofins, ou, na sua falta, da Contribuição para o PIS/Pasep informada, limitada a 20%, reduzida à metade se apresentado antes de qualquer procedimento de ofício. A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00, ou, R\$ 200,00, no caso de pessoa jurídica inativa.

Defesa do Consumidor - Operadoras podem ser proibidas de fixar prazo para uso de crédito do pré-pago

06/12/2011- Notas COAD

Prestadoras de telefonia celular poderão ser proibidas de impor aos consumidores limites máximos de tempo para utilização de créditos em planos da modalidade pré-paga. Projeto nesse sentido foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e segue para Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde terá decisão terminativa.

O projeto (PLS 242/2010) foi apresentado pelo então senador Sérgio Zambiasi e recebeu voto favorável do relator, senador Eduardo Braga (PMDB-AM). Para o autor, a existência de prazo para consumo dos créditos "obriga as pessoas a fazerem uso do serviço sem necessidade e desobriga as empresas de prestarem um serviço pelo qual já foram pagas".

Eduardo Braga lembra que 82% dos usuários de celular usam a modalidade pré-paga e são obrigados a se submeter à regra de prazo máximo para utilização dos créditos adquiridos, sob pena de terem seu contrato rescindido.

Pelas regras em vigor, o usuário pode adquirir créditos com até 180 dias de validade. Se antes do fim do prazo os créditos não forem totalmente utilizados, o consumidor precisará adquirir novos créditos se quiser revalidar os restantes por novo período.

Conforme o relator, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) justifica a existência de prazo de validade em função dos custos de manutenção de códigos de acesso de usuários inativos, que acabam sendo repassados aos que fazem uso do serviço.

No entanto, Eduardo Braga considera inaceitável que as operadoras "se apropriem de um valor pago antecipadamente e não prestem o serviço, especialmente para cidadãos de baixa renda". Ele sugere que a Anatel atualize as regras para exigir que o cancelamento do contrato seja condicionado à devolução da quantia não utilizada, corrigida pela inflação do período.

Fonte: Agência Câmara

Acordo Previdenciário - Sistema Informatizado de Acordos Internacionais facilitará concessão de benefícios

06/12/2011- Notas COAD

Depois de dois dias de trabalho, os representantes do Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil que participaram da 12ª Reunião da Comissão Multilateral Permanente do Acordo da Seguridade Social (Compass) chegaram a um consenso sobre os pontos agendados para o evento, realizado em Natal (RN). Segundo o secretário de Políticas de Previdência Social brasileiro, Leonardo Rolim, foram aprovados prazos e critérios para a entrada de funcionamento do sistema que permite o reconhecimento automático de direitos previdenciários de trabalhadores dos países do Mercosul.

"O reconhecimento de direitos é algo que já existe há muitos anos. O sistema, que está em fase de aperfeiçoamento, vai agilizar o processo de reconhecimento entre os países. Vai haver uma troca de informações por meio desse sistema informatizado e

os dados vão ser reconhecidos pelo outro país com muito mais agilidade", explicou Leonardo Rolim.

O sistema ao qual se referiu o secretário do Ministério da Previdência se chama Sistema Informatizado de Acordos Internacionais (Siaci). Desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), ele é utilizado para a troca de informações na concessão de benefícios entre os países do Mercosul. Segundo o ministro Garibaldi Alves Filho, o Siaci é uma espécie de Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) internacional.

O ministro da Previdência Social, que participou do encerramento da 12ª Compass, destacou que, entre outras vantagens, o Siaci possibilita maior rapidez nas decisões, melhora o atendimento dispensado aos segurados e permite mais segurança na transmissão de informações e de documentos. "Já avançamos bastante em seguridade social no Mercosul. Com esse espírito de irmandade que temos nas relações dos nossos países, vamos seguir avançando, sempre com o objetivo de reconhecer os direitos de nossos cidadãos", analisou o ministro Garibaldi Alves Filho.

Histórico - O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul, firmado em 2005, possibilita que os trabalhadores dos países signatários incluam no cálculo de suas aposentadorias concedidas em um país, o tempo que trabalharam em outro. Fazem parte desse acordo a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Ao entrar com o pedido de aposentadoria, um trabalhador uruguaio que tenha passado alguns anos trabalhando no Brasil, por exemplo, pode requerer a contagem do tempo de contribuição feita para a previdência brasileira. O acordo também permite a concessão de outros auxílios, inclusive a aposentadoria por invalidez. Desde a sua implantação, já foram concedidos quase 500 benefícios.

FONTE: INSS

Nova onda de importados ameaça indústria

06/12/2011- Estadão

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) alerta que o agravamento da crise internacional deve fazer com que a economia brasileira enfrente nova onda de produtos importados em 2012. A redução da demanda nos países avançados deve fazer com que os produtos europeus sejam direcionados a países em melhores condições, a preços mais baratos.

A China também deve perder mercado internacionalmente e aumentar as remessas de manufaturados para o Brasil. "Mesmo que haja aumento de competitividade da indústria brasileira por um câmbio mais desvalorizado, os produtos da Europa e da China vão chegar com preços mais baixos", alerta o economista-chefe Rogério Cesar de Souza. "O empresário brasileiro vai ter de se valer muito do mercado interno, mas sabe que a concorrência ficou mais forte."

A indústria brasileira teve um ano difícil, de resultados pífios para a produção, o que influenciou o emprego industrial, que chega ao fim de 2011 com tendência de queda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como resultado, a contribuição da indústria para o Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre pode ser nula ou negativa.

Enquanto a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) estima um PIB industrial de crescimento zero no terceiro trimestre, o Iedi prevê queda de 0,6%. "Se fizermos uma relação entre produção e valor agregado, a participação da indústria no PIB deve ficar entre -0,5% e -0,7%", estima Souza.

A produção industrial recuou 0,6% em outubro ante setembro, a terceira queda consecutiva. O reflexo foi sentido no mercado de trabalho. Enquanto a Pesquisa Mensal de Emprego apontou queda na desocupação em outubro, puxada pelo comércio e serviços, a indústria voltou a cortar 23 mil vagas.

"O primeiro semestre do ano que vem deve ser difícil para a economia brasileira e principalmente para a indústria", diz Alessandro Teixeira, secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento. A pasta vai fortalecer ações para proteger a produção do País da crise internacional, seja com a defesa da indústria, promoção comercial ou atração de investimentos, mas o mercado interno deve ajudar na recuperação. "Sabemos que o mercado interno vai continuar aquecido, com demanda importante, e para isso cada vez mais a indústria e os serviços têm de estar preparados para aproveitar essa oportunidade", afirma.

Segundo Roberto Pires Messenberg, coordenador do Grupo de Análises e Previsões do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o horizonte começa a melhorar em 2012, graças à política monetária do Banco Central, com a redução na taxa básica de juros. Mas ainda é necessário que o governo comece a investir em infraestrutura, de forma que puxe investimentos privados. "Sem uma indicação do setor público, o privado não vem atrás. Um gasto do setor público, por reduzir externalidades, faz com que o setor privado se beneficie e corra atrás do movimento para aproveitar oportunidades que estão se abrindo. Isso é o que vai fazer com que a economia saia desse voo de galinha", avalia Messenberg.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) prevê alta de 2,7% na produção industrial em 2012 e de 1% em 2011. Para o PIB, espera crescimento de 3,1% este ano e de 3,2% no próximo. "Essas previsões de crescimento medíocre mostram que um país que não zela pela robustez de sua indústria não tem como crescer e gerar riquezas", diz Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

Do Estadão

CNI fecha parceria com Google CNI

06/12/2011- Relações do Trabalho DAL-FIEP

Com objetivo de apoiar a entrada das micro e pequenas indústrias na internet, o Clube Indústria de Benefícios – Portal da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que oferece condições especiais de compra para produtos e serviços às indústrias –

firmou uma parceria com o Conecte Seu Negócio, programa do Google que permite às empresas criar gratuitamente um site e divulgá-lo.

O acordo permite que os associados do Clube Indústria de Benefícios tenham acesso aos produtos oferecidos no site do programa.

Da mesma forma, as empresas participantes do programa Conecte Seu Negócio terão acesso às ofertas do Clube Indústria.

Com a parceria, Clube Indústria de Benefícios e o Conecte Seu Negócio esperam fortalecer as iniciativas voltadas aos micro e pequenos negócios no ambiente online.

Fonte: Blog RT - DAL/FIEP

[